

# CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA REVISÃO SOBRE OS RELATOS DESSAS EXPERIÊNCIAS

## *EXTENSION CURRICULARIZATION IN FEDERAL INSTITUTES: A REVIEW ON THE REPORTS OF THESE EXPERIENCES*

Tatiana Losano de Abreu<sup>1</sup>  
Ana Lúcia Sarmento Henrique<sup>2</sup>  
Ilane Ferreira Cavalcante<sup>3</sup>  
José Mateus do Nascimento<sup>4</sup>

**Resumo:** A extensão consiste em um processo educativo, político, social, cultural, científico e tecnológico que possibilita a interação dialógica e transformadora da sociedade. O Plano Nacional de Educação 2014/2024 prevê a garantia de um percentual mínimo de 10% do total de créditos curriculares dos cursos superiores em atividades de extensão. O processo de adaptação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs – para o cumprimento dessa obrigatoriedade é chamado de curricularização. Este estudo objetivou compreender como a curricularização da extensão está sendo incorporada nos Institutos Federais – IF por meio da análise das produções acadêmico-científicas que relatam essas experiências. Foi realizado um estudo qualitativo, de levantamento do estado do conhecimento, no Repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Capes), que identificou e analisou oito publicações que trazem a temática. A maioria dos artigos trata o tema no IF de Santa Catarina, sendo a instituição que mais buscou publicizar suas experiências. Os trabalhos encontrados trazem duas abordagens: o planejamento do processo de curricularização; e o relato da curricularização já ocorrendo na prática. No primeiro caso, está presente a preocupação com o levantamento diagnóstico das demandas comunitárias e a construção da extensão dialogada com a comunidade. A segunda abordagem mostra as várias possibilidades da inserção da extensão nos PPPs. Destaca-se como desafio o engajamento dos estudantes nas

---

<sup>1</sup> Mestre, Docente, Instituto Federal da Paraíba, *Campus* Guarabira, [tatiana.abreu@ifpb.edu.br](mailto:tatiana.abreu@ifpb.edu.br).

<sup>2</sup> Doutora, Docente, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, *Campus* Zona Leste, [ana.henrique@ifrn.edu.br](mailto:ana.henrique@ifrn.edu.br)

<sup>3</sup> Doutora, Docente, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, *Campus* Zona Leste, [ilane.ferreira@ifrn.edu.br](mailto:ilane.ferreira@ifrn.edu.br)

<sup>4</sup> Doutor, Docente, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, *Campus* Natal Central, [mateus.nascimento@ifrn.edu.br](mailto:mateus.nascimento@ifrn.edu.br)

atividades. Em geral, está presente o reconhecimento da importância da extensão para a formação humana.

**Palavras-chave:** projetos pedagógicos dos cursos; plano nacional de educação; levantamento.

**Abstract:** *Extension consists of an educational, political, social, cultural, scientific and technological process that enables dialogic and transforming interaction in society. The National Education Plan 2014/2024 provides for the guarantee of 10% as a minimum percentage of the total curricular credits of higher education courses in extension activities. The process of adapting Pedagogical Course Projects- PCPs - to fulfill this obligation is called curricularization. This study aimed to understand how the extension curriculum is being incorporated in Federal Institutes through the analysis of academic-scientific productions that report these experiences. A qualitative study was carried out, surveying the state of knowledge, in the Repository of the Coordination for the Improvement of Higher Education Persons (Capes), which identified and analyzed eight publications that bring the theme. Most of the articles deal with the theme in the IF of Santa Catarina, being the institution that most sought to publicize its experiences. The works found bring two approaches: the planning of the curricularization process; and the report of curricularization already taking place in practice. In the first case, there is a concern with the diagnostic survey of community demands and the construction of the extension dialogue with the community. The second approach shows the various possibilities of inserting extension in PPPs. The challenge of engaging students in activities stands out as a challenge. In general, recognition of the importance of extension for human development is present.*

**Keywords:** *pedagogical course projects; national education plan; survey.*

## REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A TEMÁTICA

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem — por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais — em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (Freire, 1983, p. 25).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é considerada, desde a Constituição de 1988, princípio basal das instituições de ensino superior. No seu artigo 207, é previsto que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988). Não se pode negar que esse dispositivo legal possibilitou práticas diversas de “extensão”, podendo assumir caráter assistencialista e/ou de prestação de serviços, como se percebeu nas práticas em períodos anteriores, principalmente nas décadas de 1960 e 1970 (Oliveira; Goulart, 2015).

Entretanto, se entendermos o ensino enquanto ações intencionais de aprendizagem para a construção de novos conhecimentos e a pesquisa enquanto criação de novos conhecimentos (mesmo que não exclusivamente), a extensão torna esses conhecimentos dialogados com a realidade, de modo a serem compartilhados com a sociedade, propiciando um retorno social (Lorenzet; Andreolla, 2020). Diante disso, a ideia em torno da indissociabilidade é buscar a formação integral, da mesma maneira que há, como pano de fundo, a disputa por uma educação que incorpore

um olhar sobre os problemas comunitários (Moura, 2008).

As políticas públicas para a educação, materializadas no Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024, já entendem a importância da extensão nas matrizes curriculares dos cursos superiores através da obrigatoriedade de um percentual de créditos curriculares vinculados à prática extensionista. (BRASIL, 2014). Esta cobrança requer mudanças por parte de todas as instituições de educação superior.

O processo de adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs a essa demanda é chamado de curricularização. Todos os cursos superiores das Universidades e dos Institutos Federais precisam alterar seus PPCs, a fim de garantir que os 10% de carga horária em extensão sejam registrados como projetos e programas, e constados nos históricos dos estudantes até 2024. E, diante da heterogeneidade e das especificidades dos eixos formativos, não se tem um modelo ou fórmula pronta para a adequação dos projetos pedagógicos.

Assim, tem-se o desafio da curricularização para a comunidade acadêmica, já que são necessárias adequações no dia a dia em sala de aula. Em se tratando da adequação pelos Institutos Federais - IFs, o desafio se amplia se considerarmos que grande parte do público discente faz parte da classe trabalhadora e pode dispor de menos tempo para a prática extensionista. Tem-se, então, o desafio da incorporação, de forma transversal atrativa e dialógica, da extensão, não se tornando um obstáculo que resultará em evasão. Acredita-se que já existam experiências de cursos curricularizados nos campi dos IFs. Logo, a fim de conhecer essas experiências, questiona-se: Como tem se dado a curricularização nos Institutos Federais?

Podemos entender que a obrigatoriedade da curricularização surge enquanto política pública de fomento do efetivo tripé no dia a dia. Intervenção válida se considerarmos a importância pedagógica do tripé ensino-pesquisa-extensão. Diante da imposição por mudanças substanciais nas matrizes curriculares dos cursos e, por consequência, no perfil dos egressos dos cursos superiores, o objetivo deste trabalho é realizar um levantamento das publicações relacionadas à implementação ou andamento da curricularização nos Institutos Federais.

## CAMINHOS TRAÇADOS PARA A CURRICULARIZAÇÃO

A concepção de extensão para uma efetiva formação humana, guiada pelo tripé ensino-pesquisa-extensão, dialoga com as ideias expostas por Paulo Freire que, vivenciando práticas ditas extensionistas focalizadas no assistencialismo e prestação de serviços, publica sua obra intitulada “Extensão ou Comunicação?”, propondo uma visão comprometida com a realidade social, baseada no diálogo problematizador, ou seja, na extensão enquanto construção do saber com a comunidade externa (Freire, 1983).

A ideia de extensão permeada pela dialogicidade atinge os documentos institucionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação — LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece como finalidade da educação superior “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.” (Brasil, 1996).

No âmbito da educação tecnológica, ou seja, no caso específico dos IFs, destaca-se a Lei nº 11.892 de 29/12/2008, que esclarece que a extensão deve se dar “em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos” (Brasil, 2008, p. 01).

A criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão ou Cargos Equivalentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – FORPROEXT na década de 2000, possibilita a sistematização das diretrizes de extensão na Rede Federal de Educação Tecnológica, até culminar no entendimento, em 2015, que é “um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade” (FORPROEXT, 2015, p. 2).

Apesar do avanço na legislação e melhor conceitualização da extensão, há desafios para a execução da efetiva extensão e a prática do tripé ensino-pesquisa-extensão. Segundo Buarque (1994), na visão de muitos acadêmicos, a extensão não tem a mesma garantia de status acadêmico que o ensino e a pesquisa. Para Garces, Bianchi e Antunes (2018), a prática da extensão tem status de “prima pobre” em relação à pesquisa. Talvez, por isso, acabe sendo considerada enquanto atividade isolada, voluntariada ou até mesmo realizada por uma parcela pequena do corpo docente, que apresenta “perfil” para isso. É vista por muitos, deste modo, como uma formação “a mais”, opcional para o perfil do egresso, que poderá ser considerada no cômputo de “atividades complementares” dos cursos. Ou, ainda, seu

conceito, muitas vezes, está restrito a concepções arcaicas relacionadas à prestação de serviços, de caráter assistencialista, distanciando-se do conceito de extensão que avançou na legislação.

O Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024 prevê na Meta 12.7 um percentual mínimo de 10% do total de créditos curriculares em programas e projetos de extensão (Brasil, 2014). Assim, os meios institucionais avançaram a fim de garantir a prática da extensão nos cursos superiores do país.

## METODOLOGIA DE PESQUISA VIVENCIADA

O levantamento proposto neste artigo tem caráter qualitativo, visto a intenção de identificar, registrar e categorizar o avanço desta temática com fins de levar a reflexão e síntese sobre o assunto (Morosini; Fernandes, 2014). Assim, foi realizado um levantamento da produção científica indexada ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A escolha por essa base se dá por sua grande representatividade sobre a produção científica no Brasil (Silva, 2018).

Essa pesquisa concentrou-se, portanto, nas publicações que envolvessem Institutos Federais e a curricularização. Foram utilizados os seguintes descritores de seleção: presença dos termos “curricularização” e “instituto federal” em qualquer parte do trabalho, publicados nos últimos 20 anos (tempo máximo disponibilizado pela plataforma) e em português. A coleta dos dados ocorreu no mês de setembro de 2022. Como resultado inicial, foram encontradas 16 publicações.

Em seguida, foram separadas apenas as publicações que tratam da temática em IFs. Essa separação deu-se de forma qualitativa, por meio da identificação do objeto de estudo de cada publicação. Após essa análise, restaram oito publicações, cuja leitura foi realizada na íntegra, com o objetivo de encontrar a contribuição para a problemática desta pesquisa. Os resultados são descritos adiante.

## A CURRICULARIZAÇÃO NOS IFs: O QUE DIZ A PRODUÇÃO ACADÊMICA

Foram encontradas oito publicações que, de alguma forma, relacionam a temática da curricularização e IFs. O Quadro 1 apresenta a síntese delas. Através de um panorama geral das produções selecionadas, vale destacar que a maioria dos relatos de experiência foram publicados na mesma revista, a “Caminho Aberto – Revista de Extensão do IFSC” e na mesma edição, em 2019, com exceção da pesquisa de Travesin, Leske e Pinto (2022), a mais atual, publicada na “Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico”. Esta publicação, entretanto, apesar de contribuir através de uma reflexão sobre o uso das bibliotecas dos IFs para futuros projetos de curricularização, não traz um relato de experiência concreto. Assim, apenas o IFSC dedicou-se a publicizar experiências de curricularização em seus campi.

Em relação ao aspecto metodológico, todas as publicações são relatos de experiência, como previsto diante dos critérios estabelecidos para este estado do conhecimento. Uma grande parte desenvolveu pesquisa qualitativa, com exceção do relato de Moura, Vogel e Oliveira

(2019), direcionado a relatar como se deu a pesquisa quali-quantitativa, realizada com a comunidade externa para o levantamento das demandas, com vistas à realização da curricularização nos cursos de dois campi do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Silva e Garcia (2019) relatam a construção do PPC de Engenharia Elétrica do Campus Itajaí, do IFSC, no ano de 2014, já prevendo a curricularização da extensão com foco no tripé ensino-pesquisa-extensão, através de um projeto organizado

para mobilizar a comunidade acadêmica em atividades práticas de extensão. Já Santos et al. (2019) relatam a construção de um grupo de trabalho criado no Campus Criciúma do IFSC com o objetivo de fomentar a Curricularização da Extensão nos Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs) em Engenharia Civil e Engenharia Mecatrônica e no curso de Licenciatura em Química. Ainda, descrevem um projeto piloto que possibilitou uma experiência extensionista incorporando os aspectos técnicos dos três cursos.

Quadro 1 – Levantamento de publicações a partir do Periódico Capes.

AUTORES	TÍTULO	CARÁTER METODOLÓGICO	INSTITUIÇÃO DE ANÁLISE	CURSO DE ANÁLISE
SILVA, F. I. M. A. da; GARCIA, R.	Curricularização da Extensão no <i>Campus</i> Itajaí do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – conquistas e desafios	Relato de uma pesquisa qualitativa	<i>Campus</i> Itajaí do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	CST em Engenharia Elétrica
SANTOS, M. dos; CARDOSO, M. C. C.; UGGIONI, P. P. U.; RODRIGUES, C. D. O.	Curricularização da Extensão: primeiros passos do <i>Campus</i> Criciúma	Relato de uma pesquisa qualitativa	<i>Campus</i> Criciúma do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	CST em Engenharia Civil, Engenharia Mecatrônica e curso de Licenciatura em Química
SILVA, C. da; MORAES, S. M. de; AMARAL, W. G.; SILVA, M. J.	Curricularização da extensão: uma abordagem na educação básica acerca da radiologia e suas vertentes	Relato de uma pesquisa qualitativa	<i>Campus</i> Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	CST em Radiologia
MELO, A. A. de.; INACIO, A. de S.; BENINCA, R. de A.; VARGAS, S.	Proposta de Ações de Extensão como parte da curricularização da extensão: um relato de experiência no Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Relato de uma pesquisa qualitativa	<i>Campus</i> Gaspar do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
MOURA, C. R.; VOGEL, J.; OLIVEIRA, G. R. de	Levantamento de potencialidades e demandas de Jaraguá do Sul e região para uso da Extensão em prospecção de novas atividades para curricularização	Relato de uma pesquisa quali-quantitativa	<i>Campus</i> Jaraguá do Sul-Rau e Jaraguá do Sul-Centro do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	Não se aplica

SEWALD JUNIOR, E.; RECH, G. A.; ROSA, V. S. D. da	A construção do primeiro curso adequado a políticas de extensão no currículo no IFSC: planejamento pedagógico de sistemas de informação e ações iniciais	Relato de uma pesquisa qualitativa	Campus Caçador do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	Curso de bacharelado em Sistemas de Informação
FRANTELI, M. H.; MONDINI, V. E. D.; SABINO, B. S.	Diagnóstico da qualidade de processos, produtos e serviços de empresas da região de Gaspar-SC	Relato de uma pesquisa qualitativa	Região de Gaspar-SC do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	CST em Processos Gerenciais
TRAVESIN, V. A.; LESKE, S. R. dos S.; PINTO, L. R	O uso das bibliotecas na Educação Profissional e Tecnológica e o fomento à leitura: possibilidades para a curricularização da extensão	Relato de uma pesquisa qualitativa	Campus União Vitória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados (2022).

Silva *et al.* (2019) tratam de um projeto de extensão ocorrido em 2017 direcionado aos estudantes do Ensino Médio. Esta atividade extensionista já estava incorporada ao Projeto Político-Pedagógico do CST em Radiologia do *Campus* Florianópolis do IFSC. Melo *et al.* (2019) também relatam algumas ações extensionistas ocorridas em 2017 e já curricularizadas no CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFSC – *Campus* Gaspar.

Sewald Jr, Rech e Rosa (2019) relatam a construção do primeiro curso adequado a políticas de extensão no currículo no IFSC. Eles narram o planejamento ocorrido para a curricularização no PPC do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do *Campus* Caçador, do IFSC. Já Fronteli, Mondini e Sabino (2019) realizaram o relato da Curricularização da Extensão no Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, em Gaspar - Santa Catarina, por meio do projeto “Diagnóstico de Melhoria da Gestão da Qualidade IFSC/Gaspar”.

Por fim, Travesin, Leske e Pinto (2022), buscaram ratificar a importância e a contribuição das bibliotecas das instituições

de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para a melhor interação com a comunidade e, a partir do relato da experiência de alguns projetos realizados no Instituto Federal do Paraná (IFPR) - *Campus* União da Vitória, entre os anos de 2017 e 2019, defendem estratégias de efetivação da curricularização ocupando as bibliotecas.

Após a realização do panorama geral das publicações, percebeu-se que os relatos de experiência se diferenciam entre aqueles que apresentam exemplos de práticas curricularizadas e outros que relatam processos de preparação para a curricularização.

Em relação a preparação para a curricularização IFSC, os artigos de Santos *et al.* (2019), Moura, Vogel e Oliveira (2019), Sewald Jr, Rech e Rosa (2019) e Travesin, Leske e Pinto (2022) trazem a temática através da descrição do processo de construção e preparação para a efetivação em *campi* dos IFs. Santos *et al.* (2019) apresentam os primeiros passos para a curricularização no *Campus* Criciúma, do IFSC. Lá foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para planejamento composto por

coordenadores dos cursos superiores, o chefe de Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, a coordenadora de extensão, o coordenador da comissão do IFSC Sustentável e membros dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE). Este grupo organizou um seminário na semana pedagógica para tratar da curricularização entre os servidores e alunos da instituição, e foi realizado um projeto experimental que abarcou os três cursos oferecidos pelo *campus*: o CSTs em Engenharia Civil e Engenharia Mecatrônica e a Licenciatura em Química.

Uma escola foi selecionada a partir de alguns critérios, tais como faixa etária dos alunos, e existência de espaços diversos (academia, ateliê de artes, entre outros). Entre as etapas da intervenção, os autores destacam o momento em que representantes da escola trouxeram as demandas para a comunidade acadêmica e a visita da equipe acadêmica na escola. A partir desses momentos, fomentam-se intervenções. O GT ficou com a tarefa de articular as propostas.

Moura, Vogel e Oliveira (2019) relataram o levantamento das demandas realizado com as entidades externas ao IFSC *Campus* Jaraguá do Sul - Rau e Jaraguá do Sul - Centro, e o levantamento das potencialidades dos servidores dos respectivos *campi* para o fomento de projetos de extensão a serem curricularizados. O objetivo desse processo foi de intermediar o contato entre os propositores de projetos e a comunidade externa.

Os autores criaram um banco de dados das entidades representativas da cidade e foi aplicado um questionário com os servidores e com essas entidades. A equipe foi criando uma planilha para a correlação

das informações (necessidades *versus* potencialidades) que, posteriormente, foi divulgada. Os autores ainda explicam:

Na busca por contribuições que possam agregar na curricularização da extensão, a segunda parte do questionário foi subjetiva (qualitativa), sendo proposto para as entidades que indicassem e descrevessem suas necessidades, seus desafios e oportunidades, e para os servidores que indicassem e descrevessem as suas potencialidades na forma de conhecimentos, habilidades e experiências, tudo respeitando as oito áreas da extensão. Os resultados levantados ficaram em torno de 280 necessidades/desafios das entidades, distribuídos dentro das oito áreas da extensão (Moura; Vogel; Oliveira, 2019, p. 119)

A partir daí, os autores explicam que foi possível constatar o entendimento dos servidores acerca de extensão, e que uma parte desconhecia a resolução que a torna obrigatória nos PPCs dos cursos. Ainda, os autores perceberam o pouco envolvimento dos servidores com a extensão:

O tempo dos servidores é ocupado entre suas atribuições de concurso, projetos de pesquisa, em coordenações de curso ou administrativas, no apoio à gestão na forma de comissões, grupos de estudos e em capacitação individual, o que resulta em um limitado envolvimento com a extensão (Moura; Vogel; Oliveira, 2019, p. 118).

Deste modo, a carga horária dos servidores pode ser vista como um desafio para a curricularização da extensão. Sewald Jr, Rech e Rosa (2019) relatam o planejamento pedagógico ocorrido para a construção do primeiro curso adequado às políticas de extensão no currículo no IFSC, o curso bacharelado em Sistemas de Informação do *Campus* Caçador. O referido planejamento ocorreu por um grupo de

trabalho que se reuniu a partir do levantamento de demandas com o apoio de uma associação empresarial da região. A proposta de curricularização, deu-se a partir da inclusão de carga horária nas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, atividades complementares e disciplina específica de extensão. Além disso, foi previsto o aproveitamento das atividades desenvolvidas pela Empresa Júnior e oficinas ofertadas em eventos acadêmicos. Sewald Jr, Rech e Rosa (2019) ainda destacam que:

Como resultado, o discente deve se aproximar mais da comunidade externa e do ambiente de trabalho, quando comparado com cursos sem tal dedicação de carga à extensão, e isso facilita o cumprimento da missão de incluir através da educação profissional e tecnológica (p. 104|).

Os autores Travesin, Leske e Pinto (2022) trazem a experiência de projetos de extensão ocorridos no Instituto Federal do Paraná (IFPR) - *Campus* União da Vitória na perspectiva de defender essas experiências para o planejamento da curricularização nos cursos vinculados ao campus. Os autores questionam qual o papel das bibliotecas no processo de curricularização, considerando a infinidade de atividades que podem ser exploradas nestes espaços e a sua relevância para a formação integral dos sujeitos. E, a partir do relato dos projetos já em andamento na instituição, eles declaram que “O intuito aqui é apresentar sugestões que possam tornar-se excelentes estratégias e possibilidades para a implantação da curricularização da extensão nas instituições de ensino superior” (Travesin; Leske; Pinto, 2022, p. 07). Dentre as experiências, eles citam a semana do livro, o sarau literário, rodas de

leitura, cine biblioteca, feira de livros na praça. Eles ainda enfatizam que todas as atividades propostas têm a participação indispensável dos estudantes, tanto para a execução quanto na colaboração das atividades a serem ofertadas, diante da premissa extensionista do protagonismo dos discentes na efetivação das ações.

Diante do exposto, os relatos de experiência de processos de curricularização ainda em construção mostram a importância do fomento de grupos de trabalho com a tarefa específica de pensar e pesquisar formas interessantes de curricularizar a extensão. Além disso, tem-se o processo de levantamento de demandas como crucial para a construção das intervenções de extensão, de modo a propiciar o diálogo com a comunidade. Ainda, no que tange aos projetos que já estão em andamento nas instituições, mesmo estando na fase inicial do processo, foi perceptível a contribuição pedagógica dessas experiências, assim como os desafios que permeiam o processo em si e a consolidação posterior. A seguir, há relatos de experiências concretizadas de curricularização.

Em relação ao relato das práticas de extensão curricularizadas em cursos oferecidos pelo IFSC, encontram-se quatro relatos, a saber: Silva e Garcia (2019); Silva *et al.* (2019); Melo *et al.* (2019) e Fronteli, Mondini e Sabino (2019).

Silva e Garcia (2019) analisam o curso de Engenharia Elétrica do *Campus* Itajaí, que já prevê a carga horária em atividades de extensão. As horas foram previstas a partir da oferta de disciplinas específicas de extensão, contabilizando em média 40 horas por semestre em atividades extensionistas. Dentre as atividades, destaca-se o projeto “INTERvenção – a

extensão como ferramenta de integração e mobilização” que objetiva mobilizar os estudantes do campus a se engajarem em práticas que visam a melhoria das escolas públicas do município. Dentre os objetivos do projeto, destaca-se “auxiliar na aproximação do IFSC com a comunidade municipal (...); promover a Extensão, a Iniciação Científica e o empreendedorismo no *campus*, e ajudar a formar consciência crítica e cidadã nos alunos” (SILVA; GARCIA, 2019, p. 115).

Ocorreram três edições do projeto INTERvenção em duas escolas da região, gerando melhorias no espaço físico e oferecendo atividades de caráter técnico, educacional, artístico e social. Nas palavras das autoras, foi a oportunidade de “realizar pesquisas científicas acerca dos problemas apresentados; discutir as propostas no grupo e estudar a melhor forma de aplicá-las; e levar estas soluções às comunidades” (Silva; Garcia, 2019, p. 115).

Assim, percebe-se o viés social da atividade. Entretanto, não se fala como foi realizada a aproximação com a comunidade a fim de estabelecer o vínculo extensionista. Além disso, percebe-se um viés assistencialista da intervenção, com pouco diálogo com a comunidade, já que os problemas são elencados pelos alunos e as soluções serão “levadas para a comunidade”.

Destaca-se que a avaliação do projeto ocorreu mediante a aplicação de questionário e o desafio encontrado para a efetiva extensão foi a mobilização interna. O principal motivo apontado para a baixa participação foi a “falta de tempo e disponibilidade” e “dificuldade de locomoção até a escola”, mesmo a escola sendo localizada nas proximidades do IFSC.

Silva *et al.* (2019) relatam outro projeto de extensão já curricularizado no CST em Radiologia do *Campus* Florianópolis, direcionado a duas turmas do terceiro ano do Ensino Médio de uma escola pública. O motivo da escolha desse público foi a maior possibilidade de relacionar aspectos técnicos presentes na ementa das disciplinas do curso.

O acompanhamento das atividades ocorreu em uma disciplina específica chamada “Atividade de extensão 1” e contou com uma etapa de aprofundamento teórico sobre as temáticas, escolha do público-alvo, estratégias de apresentação do conteúdo, dinâmica de encerramento e avaliação por meio de perguntas objetivas. Por fim, os autores concluíram que:

Baseado na experiência vivenciada percebeu-se que a universidade é um espaço que agrega diversos conhecimentos diferentes. Ela não apenas forma os alunos para uma carreira profissional como também estende seus limites de aprendizagem, criatividade e experiências, assim como os prepara para conviver com pessoas externas e aprender com elas (...). A extensão permitiu que os alunos da graduação aprofundassem seus conhecimentos nos conceitos explicados, além da troca de experiências que permitiu o enriquecimento profissional dos graduandos (SILVA *et al.*, 2019, p. 125).

Assim, percebe-se o entendimento de que a formação oferecida pelos IFs precisa ir além da técnica, tratando-se da formação humana. Entretanto, fica pendente o entendimento de como essa intervenção atingiu a comunidade externa, de modo a garantir a reciprocidade do processo.

Melo *et al.* (2019) já nos trazem o relato de várias atividades extensionistas desenvolvidas no CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. As atividades

descritas ocorreram nos anos de 2017 e 2018. Os projetos “Envelhecimento Ativo” e “Amigos da Pimpa” foram desenvolvidos pelos alunos das unidades curriculares de Banco de Dados, Programação para Internet I e Programação para Internet II. Todos contaram com uma pesquisa aplicada, como a construção de *site* e oferecimento de oficinas. Destaca-se, ainda, o oferecimento dos eventos “Extenda-se” e a Semana de Informática, que contaram com a organização de oficinas, palestras e maratona de programação.

Ainda, em relação aos relatos de Melo *et al.* (2019), vale destacar a ênfase dada ao fato de as atividades desenvolvidas nos projetos serem resultado da demanda da comunidade, entretanto, eles não explicam como esse levantamento de demanda ocorreu. Além disso, Melo *et al.* (2019) elencam que o engajamento de todos os envolvidos, diante do conflito de agendas, esteve entre os maiores desafios para a concretização desses projetos. Mas concluem que:

Apesar dos desafios, a realização dos projetos de extensão também produziram efeitos positivos para a visibilidade do curso e do campus, tornando a instituição mais conhecida na região [...] Assim pode-se afirmar que a curricularização da extensão é um importante instrumento para a formação profissional dos alunos, interligando o instituto nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade externa [...] Assim pode-se afirmar que a curricularização da extensão é um importante instrumento para a formação profissional dos alunos, interligando o instituto nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade externa. (Melo *et al.*, 2019, p. 111)

Por fim, o último artigo analisado, de Fronteli, Mondini e Sabino (2019), relata a experiência de um projeto inserido no PPC

do CST em Processos Gerenciais, do *Campus Gaspar*, conhecido como “Diagnóstico de Melhoria da Gestão da Qualidade IFSC/Gaspar”. O objetivo social do projeto é assim descrito pelos autores:

Projeto de extensão estruturado mediante um conjunto de atividades teórico-práticas e que tem por objetivo promover um método de ensino-aprendizagem voltado para a atuação do discente em Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Vale do Itajaí, contribuindo para o desenvolvimento de soluções de planejamento, controle e melhoria da qualidade para as empresas locais. (Fronteli; Mondini; Sabino, 2019, p. 63).

O projeto contou com uma etapa de discussão teórica e técnica, fomentada a partir de desafios que exigiam a participação ativa dos discentes. Em seguida, traçaram o perfil dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e empresas existentes na região. Após isso, escolheram uma empresa e realizaram a etapa diagnóstica de processos, produtos e operações, por meio de visita *in loco*. Em seguida, elaboraram, em sala de aula, uma proposta de melhoria da qualidade dos processos, para, posteriormente, produzir material de divulgação, tais como resumo e banner. Por fim, houve a entrega dos relatórios de apresentação da proposta para o professor e para a empresa. Segundo Fronteli, Mondini e Sabino (2019), o principal desafio foi o acesso ao ambiente das empresas para conseguir informações para fazer o levantamento e diagnóstico e finalizar as propostas. Entretanto, o resultado desta intervenção é evidente para eles:

Os principais resultados apresentados foram: desenvolvimento do senso crítico por parte dos alunos participantes do projeto quanto ao planejamento, controle e melhoria da

qualidade e suas complexidades; estabelecimento de uma relação entre o IFSC Gaspar e empresas da região direcionada para o desenvolvimento de tecnologias organizacionais; produção de conhecimento técnico referente à Gestão da Qualidade das empresas. (...) Neste sentido, obteve-se o encontro dos alunos com o universo profissional, proporcionando aos participantes uma formação mais ampla, atividade de grande relevância para os alunos do curso superior, uma vez que nela é possível observar o ambiente real de uma empresa em pleno funcionamento, além de ser possível verificar sua dinâmica, organização e todos os fatores teóricos implícitos nela (Frontelli; Mondini; Sabino, 2019, p. 65).

Após o aprofundamento dos relatos de experiência de curricularização, percebe-se que o efeito pedagógico da prática da extensão foi evidenciado pela maioria dos autores. Entretanto, nem todos apresentaram no relato como se deu um diálogo efetivo com a comunidade. As atividades foram diversas, vinculadas à formação técnica dos estudantes. Os desafios encontrados giram em torno da real inserção dos discentes nas atividades práticas de extensão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi proposto aqui uma análise dos relatos de experiência da curricularização nos cursos dos IFs, a fim de observar como tem se dado o planejamento e a implementação da carga horária mínima de extensão no cotidiano dos discentes e docentes. Inicialmente, percebe-se o número reduzido de publicações encontradas nesta pesquisa e, menor ainda aquelas que tratam de experiências já concretas de curricularização. O artigo mais recente, de 2022, não tratou de experiência

em andamento e sim proposta para incorporação futura, o que mostra como esse processo de curricularização ainda é inicial e carente de publicações acadêmicas que tragam relatos concretos e que avancem, mesmo que em um estado inicial, para a avaliação das práticas.

Vale destacar que todas as publicações encontradas que relatam experiências de curricularização já em execução estudaram cursos dos diversos campi do IFSC, que parece ser um dos primeiros institutos que tornou a curricularização um desafio institucional. Alguns relatos mostraram experiências ainda iniciais. Logo, o foco se deu no processo de planejamento e levantamento de demandas para posterior curricularização. Mesmo em fase inicial, já se percebe os desafios que permeiam esse processo e a importância de momentos de diálogo com a comunidade para a prática de projetos que, de fato, atendam aos anseios sociais.

Apesar disso, nem todos os trabalhos analisados descreveram como se deu o levantamento de demandas ou qualquer diálogo com a comunidade. Ou seja, entende-se que nem todas as experiências concretas relatadas aqui ocorreram com o diálogo ou com a preocupação efetiva de atingir uma demanda social. Os desafios ficam mais evidentes nesses relatos e versam sobre o engajamento dos envolvidos no processo. Este engajamento esbarra, como observado, na necessária adequação da carga horária dos servidores envolvidos nos momentos extensionistas.

Ainda, em se tratando dos relatos das experiências situadas no contexto de construção para futura implementação da curricularização, destaca-se a proposta de construção de grupos de trabalho que podem analisar as especificidades dos

cursos e da comunidade, e consolidar uma proposta de curricularização adequada para o fortalecimento de todos os envolvidos. Em aspectos gerais, há relatos interessantes no que tange à contribuição pedagógica dos projetos de extensão. A prática da extensão, agora colocada como obrigatória em todos os cursos superiores, faz-nos caminhar para uma efetiva formação humana, alicerçada no tripé ensino-pesquisa-extensão.

Por fim, destaca-se que esta análise diz respeito às pesquisas selecionadas por meio dos critérios metodológicos específicos deste trabalho, não podendo, portanto, ser generalizada.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 18 set. 2022.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 18 set. 2022.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 253, p. 1, dez. 2008. Seção 1.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Pano Nacional da Educação e dá outras providências. 2014. Disponível em:
- <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%202025,Art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%202025,Art)> Acesso em: 18 set. 2022.
- BUARQUE, C. *A aventura da universidade*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- FORPROEXT. *XIII FORPROEXT: Contribuições. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. 2015 Disponível em: <<https://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/arquivo/2016/xiii-forproext-contribuicoes-para-a-politica-de-extensao-da-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2015.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2022.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FRONTELI, M. H.; MONDINI, V. E. D.; SABINO, B. S. Diagnóstico da qualidade de processos, produtos e serviços de empresas da região de Gaspar-SC. *Caminho Aberto - Revista de Extensão do IFSC*. Santa Catarina, ano 6, n. 10, Jan./Jun., 2019, p. 62-65.
- GARCES, S. B. B; BIANCHI, P. D.; ANTUNES, F. R.; COSTA, A. C. B. Reflexões sobre a curricularização da extensão. *Anais XVII Seminário Internacional de Educação do Mercosul*. 2018. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2018/3%20Mostra%20de%20Trabalhos%20da%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20e%20P%C3%B3s>>

Gradua%C3%A7%C3%A3o/Trabalhos%20completos/REFLEX%C3%95ES%20SOBRE%20A%20CURRICULARIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20EXTENS%C3%83O.pdf> Acesso em: 17 set. 2022.

LORENZET, D; ANDREOLLA, F. Formação de educadores para a educação profissional: a articulação ensino-pesquisa-extensão. *RBEPT*. Rio Grande do Norte, v.1, n. 18, 2020, p. 01-16.

MELO, A. A. de.; INACIO, A. de S.; BENINCA, R. de A.; VARGAS, S. Proposta de Ações de Extensão como parte da curricularização da extensão: um relato de experiência no Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. *Caminho Aberto - Revista de Extensão do IFSC*. Santa Catarina, ano 6, n. 10, 2019, p. 108-112.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*. Rio Grande do Sul, v.5, n. 2, 2014, p. 154-164.

MOURA, C. R.; VOGEL, J.; OLIVEIRA, G. R. de. Levantamento de potencialidades e demandas de Jaraguá do Sul e região para uso da Extensão em prospecção de novas atividades para curricularização. *Caminho Aberto - Revista de Extensão do IFSC*, Santa Catarina, n. 10, 2019, p. 117-121.

MOURA, D. H. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*. Rio Grande do Norte, v. 01, n. 01, 2008, p. 23-38.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. *Rev. Ciênc. Ext.* São Paulo, v.11, n.3, 2015, p. 8-27.

OLIVEIRA, J P de; COSTA, C. L da. Extensão na educação profissional e tecnológica e práticas educativas com comunidade(s): desafios e possibilidades. *Anais IV CONEDU...* Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/36952>> Acesso em: 17. set. 2022.

SANTOS, M. dos; CARDOSO, M. C. C; UGGIONI, P. P. U.; RODRIGUES, C. D. O. Curricularização da Extensão: primeiros passos do Câmpus Criciúma. *Caminho Aberto - Revista de Extensão do IFSC*. Santa Catarina, ano 6, n. 10, 2019, p. 92-95.

SEWALD JUNIOR, E.; RECH, G. A.; ROSA, V. S. D. da. A construção do primeiro curso adequado a políticas de extensão no currículo no IFSC: planejamento pedagógico de sistemas de informação e ações iniciais. *Caminho Aberto - Revista de Extensão do IFSC*. Santa Catarina, ano 6, n. 10, 2019, p. 101-107.

SILVA, C. da; MORAES, S. M. de; AMARAL, W. G.; SILVA, M. J. Curricularização da extensão: uma abordagem na educação básica acerca da radiologia e suas vertentes. *Caminho Aberto - Revista de Extensão do IFSC*. Santa Catarina, ano 6, n. 10, 2019, p. 122-126.

SILVA, F. I. M. A. da.; GARCIA, R. Curricularização da Extensão no *Campus Itajaí* do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – conquistas e desafios. *Caminho*

Aberto - *Revista de Extensão do IFSC*. Santa Catarina, ano 6, n. 10, 2019, p. 113 a 116.

SILVA, S. P. *O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas*. Rio de Janeiro: IPEA. 2018.

TRAVESIN, V. A.; LESKE, S. R. dos S.; PINTO, L. R. O uso das bibliotecas na Educação Profissional e Tecnológica e o fomento à leitura: possibilidades para a curricularização da extensão. *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, v.8, 2022, p. 01-17.